

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO

Jefferson Davi Ferreira dos Santos

Universidade Cândido Mendes (UCAM)

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Administração Pública é a responsável pelo funcionamento do Estado para atendimento das demandas da sociedade. A execução dos serviços públicos deveria passar pela etapa de planejamento, fase inicial de análise do ambiente e de como atingir os objetivos. A etapa de planejamento é uma das mais importantes no processo administrativo, pois é onde se estabeleceriam as diretrizes das ações a serem tomadas. Tais ações ao possuírem maior racionalidade e previsibilidade teriam maior capacidade de atingir os resultados de forma mais eficaz e eficiente. Entretanto, o baixo valor atribuído a esta fase importante do processo de gestão proporciona inúmeras digressões quanto ao bom uso do dinheiro público. Assim sendo, o objetivo deste trabalho acadêmico é revisar o que a bibliografia traz em se tratando do planejamento aplicado ao setor público. Por fim, conclui-se que a necessidade de mudança desse paradigma, através de exemplos que motivem desenvolver a qualidade do planejamento governamental.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Metas. Orçamento. Administração Pública.

ABSTRACT: Public Administration is responsible for the functioning of the State to attend the demands of society. The execution of public services should go through the planning stage, the initial phase of analysis of the environment and how to achieve the objectives. The planning stage is one of the most important in the administrative process, since it is where the guidelines of the actions to be taken will be established. Such actions, being greater rationality and predictability, may be a greater capacity to achieve results more effectively and efficiently. However, the low value attributed to this important phase of the management process provides numerous digressions regarding the good use of public money. Therefore, the objective of this academic work is to review what the bibliography brings with regard to planning applied to the public sector. Finally, we conclude that the need to change this paradigm, through examples that motivate to develop the quality of government planning.

KEYWORDS: Planning. Goals. Budget. Public Administration.

1 | INTRODUÇÃO

A administração dos recursos públicos no Brasil e mundo nunca foi tão fiscalizada pela sociedade civil como atualmente, em razão da evolução da globalização e do desenvolvimento

da tecnologia de informação, que proporcionaram acesso a informações de forma rápida, de baixo custo, não importando o local, bem como contribuíram com o aumento do nível de exigência dos cidadãos em relação às ações do governo.

Como forma a melhor atender aos anseios e necessidades da população, faz-se necessário um desenvolvimento do processo de planejamento que permita melhor compreender os ambientes externo e interno, assim como identificar os recursos disponíveis para responder aos apelos da sociedade por melhores serviços públicos, com custos adequados e qualidade de alto padrão.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A administração pública é o ramo da ciência administrativa aplicada nos diferentes tipos de esfera do governo (federal, estadual e municipal) de modo a entender o funcionamento do Estado, bem como a realização dos serviços públicos à sociedade em prol do bem comum. (PALUDO, 2010).

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil (2015, art. 37) menciona que a administração pública é o conjunto de normas legais e funções para administração do Estado com objetivo a atender o interesse público, baseando-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Segundo Chiavenato (2014), Henry Fayol foi o teórico pioneiro da administração clássica a mencionar as cinco ações que deveriam ser conduzidas pelos administradores dentro de uma estrutura organizacional de modo a exercer uma administração eficaz: planejar (visualizar o futuro e traçar o programa de ação), organizar (constituir o duplo organismo material e social da empresa), coordenar (unir e harmonizar os atos e esforços coletivos), comandar (dirigir e orientar a organização) e controlar (verificar se as normas e regras estabelecidas estão sendo seguidas).

O planejamento constitui-se na função inicial do processo administrativo, que possibilita o estabelecimento dos objetivos organizacionais em função dos recursos necessários para atingi-los de maneira eficaz. Dessa forma, faz-se necessário conhecer seu conceito para entendimento desta função administrativa. (CHIAVENATO, 2004).

Segundo Maximiano (1995), o planejamento compreende os fatores tempo e incerteza, bem como o fator de decisão. Assim, seu conceito compreende o processo de elaboração dos objetivos organizacionais a serem alcançados e dos meios para atingi-los, através da interferência na realidade, de modo a passar de uma situação conhecida para uma situação desejada, dentro de um prazo previamente definido, em que as decisões tomadas no momento atual, afetarão o futuro da organização.

Conforme Oliveira (1996), o planejamento define-se como um processo que considera os aspectos destacados pelas dimensões anteriormente demonstradas, no sentido de alcançar uma situação desejada de maneira mais eficiente e efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos pela organização. Desta forma, o

planejamento norteia a organização a seguir o rumo traçado, buscando uma situação almejada, diferente da atual, e empregando todo o seu potencial disponível.

O planejamento pode ser entendido como o exercício de escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter um resultado específico. É uma atividade dinâmica que se opõe ao improviso total, buscando orientar as decisões a partir das informações disponíveis. O planejamento governamental acrescenta ao conceito as características da esfera pública, tornando a atividade ainda mais complexa. Para realizá-la, é preciso conhecimento aprofundado sobre as razões do estágio de desenvolvimento nacional, as formas de operação do Estado e as circunstâncias e possibilidades políticas de atuação. (BRASIL, 2015)

Segundo Maximiano (2002), p. 89, o processo de planejamento compõe-se através das três seguintes etapas:

- a. Etapa inicial de obtenção de obtenção ou produção de informações, onde se verificam as necessidades, ameaças ou oportunidades que servem de fundamento para o processo decisório;
- b. Análise das informações produzidas ou obtidas, mediante classificação, comparação, avaliação, ordenamento e interpretação dos dados com o intuito de tomar decisões. A análise de informações proporciona a produção de outras informações, como descrição da situação presente e situação desejada, identificação das alternativas, avaliação das alternativas e escolha de um curso de ação, entre outras.
- c. Preparação de um ou mais planos.

Um plano é a formalização e registro das decisões provenientes do processo de análise das informações obtidas a respeito da situação externa e interna da empresa, sendo uma diretriz para as ações futuras, a fim de que se alcancem os objetivos almejados, tendo em vista os recursos disponíveis e necessários para isso.

O plano é composto de alguns elementos como os objetivos, meios de realização dos objetivos e os meios de controle. Os objetivos são os resultados desejados e que orientam o intelecto e a ação. Geralmente, resulta-se em outros objetivos, que são os objetivos intermediários, sendo todos convergidos para um único fim. Um objetivo pode ser: uma situação ou estado futuro desejado; a realização de um produto ou a realização de um evento. Já os meios enquadram os cursos de ação, a execução de atividades e os recursos empregados. Os cursos de ação definem o caminho a seguir e as estratégias. Existem também os meios de controle, que se constituem em informações, geralmente sob a forma de indicadores de desempenho, utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo atingidos e se os cursos de ação definidos são realmente apropriados. (MAXIMIANO, 2002).

Segundo Chiavenato (2014), os níveis de planejamento organizacional apresentam-se sobre três dimensões de acordo com o nível hierárquico e complexidade:

- a. Estratégico: estabelece a missão, visão e objetivos da organização, considerando as ameaças e oportunidades do ambiente externo, além de outros

fatores interno, como suas fraquezas e forças. Apresenta caráter de médio-longo prazo, sendo de responsabilidade da alta administração. O plano de longo prazo “define a direção em que a organização pretende caminhar, não é um objetivo exato pelo qual se possa avaliar diretamente o desempenho individual ou a realização organizacional”. (GRAHAM Jr. e HAYS, 1994)

- b. Tático: elaborados pela gerência intermediária para possibilitar a realização dos planos estratégicos; abrangem áreas de atividades especializadas da empresa, tendo caráter de curto-médio prazo;
- c. Operacional: processo de definir e executar os meios para a consecução de objetivos planejados pela média-alta gerência, através da seleção e especificação das atividades e recursos que são necessários para a realização das metas da empresa.

O planejamento estratégico está imbricado diretamente com a estratégia organizacional, ao atuar no desempenho a longo prazo das organizações, levando aos administradores a visão de longo prazo, ao identificar as tendências de comportamento futuro da organização, bem como do ambiente no qual está inserida.

Visualiza-se que a estratégia funciona à medida que há integração entre o planejamento estratégico e os objetivos da organização, pois análise do futuro da organização é imprescindível para um bom planejamento estratégico. (PORTO, 2006).

Apesar de todas as ferramentas e mecanismos que o planejamento apresenta, o mesmo não é infalível, pois está sujeito a falhas e erros, caso se deixe de efetuar determinados critérios operacionais. Verifica-se que em muitas empresas, o planejamento estratégico fica formalizado no papel, mas na prática não é exercido, nem propagado pela alta gerência, prejudicando o alcance de desempenho sustentável do desenvolvimento e crescimento da organização. (SILVA, 2012)

O Planejamento Estratégico, no âmbito público ou privado, necessita de revisões periódicas que o ajustem à realidade e envolvam toda a organização, haja vista que mudanças bruscas das metas, de demandas sociais e dos objetivos governamentais prejudicam a sua eficácia. (KEINERT, 1997)

“A strategy is formulated to direct energies in a certain direction; momentum is, therefore, not only the inevitable result but the desired one. And the more clearly the strategy is articulated, the more deeply embedded it becomes, in both the habits of the organization and the minds of this people”. MINTZBERG(1994:175).

Mesmo sob condições de incerteza, o planejamento auxilia na busca pela clareza nos objetivos organizacionais e aprimoramento de práticas e processos.

Dentre os inúmeros benefícios do planejamento, pode-se citar o estabelecimento de uma diretriz, ou seja, um curso de ação a ser tomado que favoreça a coordenação e organização dos recursos internos de acordo com seus desafios externos, de modo a unir as funções organizacionais em prol do alcance dos objetivos organizacionais. (SORD e WEISCH, 1964 apud SILVA, 2012, p. 7).

Uma segunda vantagem do planejamento é a ajuda aos administradores públicos na tomada de decisões de forma mais eficaz, permitindo conhecer o posicionamento da organização, os recursos disponíveis, bem como qual caminho a ser tomado para atingir os objetivos almejados.

Segundo Silva (2012), outro proveito provém da avaliação das condições presentes e futuras, além do encorajamento e apoio aos administradores para estabelecerem objetivos. As decisões racionais são majoradas quando os gestores têm a visão ampliada sobre um grupo de alternativas entre as quais podem escolher. Dessa forma, diminuem-se as ações baseadas na emoção ou na intuição, pois ao se planejar evita-se um estado permanente de emergência, gerando bases para ações ponderadas, controladas, além de reagir melhor para desenvolver oportunidades e evitar ameaças.

O planejamento proporciona o controle organizacional através do estabelecimento de padrões de desempenho, que permitem uma comparação dos níveis individuais e organizacionais de realização com padrões institucionais (“benchmarking”), algo que já é realizado por ocasião de análise de gestão dos recursos públicos executados e gastos pelos órgãos governamentais. (SILVA, 2012).

No âmbito dos recursos financeiros governamentais do Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 2015), estabeleceu os seguintes instrumentos de planejamento das despesas e receitas orçamentárias:

- a. PPA (Plano Plurianual): com duração de quatro anos, estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada, exigindo que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição mencionada estejam de acordo com o plano plurianual;
- b. LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias): compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual, bem como dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c. LOA (Lei Orçamentária Anual): estabelece a previsão da receita e fixação da despesa, compreendendo o orçamento fiscal referente aos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o orçamento de investimento das empresas do ente, orçamento da seguridade social, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Os problemas enfrentados pelos brasileiros advindo da má qualidade do planejamento justificam-se em parte por um gerenciamento de recursos baseado num “orçamento criativo”, bem como pelo mau planejamento e dimensionamento de custos de obras e programas, contribuindo para uma menor eficiência dos gastos públicos

num país como o Brasil que possui uma carga tributária altíssima e serviços públicos precários.

O Brasil dispõe de baixa qualidade na implementação de programas e realização de gastos públicos, em razão da baixa capacidade de planejamento. Percebe-se o nosso atraso institucional ao comparar com iniciativas na Suíça, onde se executou a obra do túnel de São Gotardo, com extensão de cinquenta e sete quilômetros sob os Alpes suíços, inaugurando-o seis meses antes que o previsto, em junho de 2016, a um custo de onze bilhões de euros, vinte por cento acima do estipulado duas décadas antes de sua conclusão. A pontualidade e o orçamento sob controle da empreitada na Suíça é vista como um exemplo na execução de obras públicas, que se baseiam também num planejamento abrangente antes da contratação, manutenção da memória e experiência institucional, grande participação dos cidadãos, reavaliação constantes dos riscos e custos, além da vigilância financeira contínua. (LUPION, 2016).

Outro grande problema proveniente do pouco valor atribuído ao orçamento público no Brasil, e que contribuiu com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, está na existência do “orçamento criativo”, ou seja, peças orçamentárias que não seguem princípios de contabilidade ao fixar despesas e prever as receitas, gerando previsões de ingressos superestimadas, além de ignorar despesas de outros exercícios financeiros, como os restos a pagar, que foram empenhadas em anos anteriores, mas por diversas razões não foram concluídas, nem efetivamente pagas. (MENDES, 2014).

Além dos problemas explicitados anteriormente, integram a problemática do “orçamento criativo” o **pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional por empresas que estão fora do conceito de setor público, a venda de patrimônio público a empresas estatais que estão fora do conceito de setor público, a antecipação de receitas futuras, os empréstimos a empresas públicas que estão fora do conceito de setor público por meio de emissão de títulos, a fabricação de receita primária fictícia e o pagamento de despesas com a entrega de títulos públicos.** O uso da contabilidade criativa mascara a real situação financeira do governo, o que gera incertezas e afastamento do investimento privado, que é um dos grandes motores do desenvolvimento econômico. (MENDES, 2014).

3 | METODOLOGIA

Este trabalho utilizou-se da investigação qualitativa, sendo que, quanto aos fins, foi utilizada pesquisa exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica aproxima o pesquisador ao que foi abordado anteriormente sobre o assunto, contribuindo para referenciação e análise de pesquisas. Segundo as autoras:

a pesquisa bibliográfica pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para a se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

[...] Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos. (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 43).

3.1 Materiais e Métodos

Conforme Martins (1994), após escolha do material bibliográfico, o próximo passo deve ser realizada a leitura crítica do material. Desta forma, o presente trabalho teve os seguintes procedimentos: seleção do material; leitura; registro; elaboração de fichas; ordenação e análise das fichas, de modo a atribuir maior consistência científica.

3.2 Análise e Interpretação dos Dados

A análise e interpretação dos dados foram efetuadas com a crítica do material coletado, em que os elementos foram retirados da pesquisa bibliográfica. Desta forma, a partir do referencial teórico, verifica-se que o bom planejamento não deve apenas prever o futuro, entretanto, antecipar possíveis mudanças, seja na organização, quanto no seu ambiente, que podem significar para uma organização pública um uso mais eficiente dos recursos públicos em prol do atendimento da demanda dinâmica de bens e serviços públicos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento é de grande importância para a definição de onde se queira chegar, pois a partir daí consegue-se organizar os recursos disponíveis e escolher o melhor caminho para se alcançar os objetivos, que no ambiente público, é o adequado uso do recurso público para atendimento das demandas sociais dos mais necessitados.

Neste trabalho pôde-se também verificar os principais benefícios de um bom planejamento (tomada de decisões mais racionais, estabelecimento de uma diretriz clara, comparabilidade, análise de ambientes), além dos efeitos nefastos de práticas contábeis irregulares e dos grandes problemas que o povo brasileiro enfrenta pelo pouco valor atribuído à capacidade de planejamento. Embora o Brasil esteja atrasado nesta área, há bons exemplos positivos no mundo, de que é possível haver uma sociedade mais justa, com bons serviços públicos e que exerça melhor controle naquilo que ela tem parte, o dinheiro público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **O que é planejamento**

governamental? Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamentogovernamental/visaogeral/o-que-e-acute-planejamento-governamental>>. Acessado em: 08 abr. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 610p.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 9ª ed. São Paulo: Manole, 2014.

GRAHAM JÚNIOR, Cole Blease; HAYS, Steven W. **Para administrar a organização pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Planejamento governamental e políticas públicas: a estratégia “Cidades Saudáveis”**. Saude soc., São Paulo, v. 6, n. 2,

p.55-64, dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412901997000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 08 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S010412901997000200007>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico. Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214p.

LUPION, Bruno. **5 lições da Suíça sobre uma obra pública. E as comparações com o Brasil**. S.l.:NEXO JORNAL, 13 jun. 2016. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/06/13/5-li%C3%A7%C3%B5es-daSu%C3%AD%C3%A7a-sobre-uma-obra-p%C3%BAblica.-E-as-compara%C3%A7%C3%B5es-com-o-Brasil>> Acessado em: 11 abr. 2017.

MENDES, Marcos. **O que é “contabilidade criativa”?** Brasil, Economia e Governo. 17 de fev. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/02/17/o-que-e-contabilidade-criativa/>>. Acessado em: 09 abr. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de Monografias e Dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 118p.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995. 471p.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**, ?Ed., São Paulo: Atlas, 2002.

MINTZBERG, H. **The rise and fall of strategic planning**. Prentice Hall International, 1994.

OLIVEIRA, D de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias, prática**. 10. ed São Paulo: Atlas, 1996. 294p.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTO, Maria Alice Guedes. **O Planejamento estratégico como forma de otimizar o gerenciamento nas organizações**. XIII SIMPEP, Bauru, 6 a 8 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1022.pdf>. Acessado em: 12 abr. 2017.

SILVA, Gerson. **Planejamento Estratégico na Administração Pública**. 2012.
Disponível em: < http://www.ice.edu.br/ice/pag_arquivos/pdf/Artigo_-_Planejamento_Estrategico_na_Adm._Publica.pdf>. Acessado em 09/04/2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3

